



UNILAB

**Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira**

**INSTITUTO DAS HUMANIDADES E LETRAS-IHL
CAMPUS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MANUELA GOMES PEREIRA

**A INCLUSÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU DEPOIS DA
INTRODUÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO EM 1994**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE
2017**

MANUELA GOMES PEREIRA

**A INCLUSÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU DEPOIS DA
INTRODUÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO EM 1994**

Trabalho de conclusão de curso submetido a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Internacional Afro-Brasileira (UNILAB) como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Bacharel em Humanidades. Sob orientação do Professor Dr. Gerhard Seibert.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

MANUELA GOMES PEREIRA

**A INCLUSÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU DEPOIS DA
INTRODUÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO EM 1994**

Trabalho de conclusão de curso submetido a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Internacional Afro-Brasileira (UNILAB) como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Bacharel em Humanidades. Sob orientação do Professor Dr. Gerhard Seibert.

Aprovado em: 01/08/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Cristina Teodoro Trinidad (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

LISTA DAS ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP Assembleia Nacional Popular

FCG/SD Fórum Cívico Guineense/Social Democracia 1

MICS Inquéritos do grupo de indicadores múltiplos

ONU Organizações das Nações Unidas

PAIGC Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde

UDEMU União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 | CARACTERÍSTICAS DA GUINÉ-BISSAU | 7 |
| 3 | INVISIBILIDADE DAS MULHERES | 8 |
| 4 | AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NA LUTA DA LIBERTAÇÃO NACIONAL | 10 |
| 5 | MULHERES NO CONTEXTO POLÍTICO GUINEENSE | 13 |
| 6 | JUSTIFICATIVA | 16 |
| 7 | OBJETIVOS | 17 |
| 7.1 | GERAL | 17 |
| 7.2 | ESPECÍFICOS | 17 |
| 8 | METODOLOGIA | 18 |
| 9 | CRONOGRAMA | 19 |
| | REFERÊNCIAS | 20 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar reflexivamente a inclusão das mulheres guineenses na vida política na Guiné-Bissau, nomeadamente nos espaços de tomada das decisões durante a luta armada (1963-1974) do PAIGC, durante o regime monopartidário (1973-1994) e desde a introdução do regime democrático (1994). A pesquisa orienta-se pelas questões relacionadas com as lutas das mulheres para a emancipação feminina, sabendo que a sociedade guineense é um lugar muito masculinizado, ou seja, os homens são considerados mais prepotentes em relação às mulheres, tanto no meio social como intelectual. Isso de alguma forma implica inevitavelmente a exclusão das mesmas no espaço de tomada da decisão.

A sociedade guineense é marcada pela construção de imagens, modelos sociais, culturais que muitas vezes norteiam a opinião pública e o comportamento das pessoas. O fato da sua estrutura familiar ser “patriarcal” e as diferenças morfológicas entre os sexos, masculino/feminino, fizeram com que a imagem de submissão e restrições culturais fossem dadas às mulheres, denominada como o sexo “frágil” por possuírem uma característica física e psicológica diferente dos homens.

Por outro lado, suas escolhas na maioria das vezes são influenciadas pelos outros. Segundo SEMEDO e BARROS (2012) no modelo da família guineense os homens são denominados como responsáveis para segurança e o sustento familiar ao passo que as mulheres recebem uma educação voltada a cuidar do marido e da casa.

A pesquisa se divide sobre o papel das mulheres na política guineense está dividida em três períodos históricos distintos. Primeiro pretendo analisar o desempenho e o percurso da mulher guineense durante a luta armada do PAIGC, de 1963 a 1974. Segundo, abordo sobre a época em que existia apenas um único partido na Guiné-Bissau, o PAIGC, no período de 1973 a 1994., Terceiro e ultimo, procuro entender a que se deve a invisibilidade das mulheres guineenses na vida política do seu país e quais são as estratégias e o empenho dos seus movimentos desde o início do regime democrático (1994) no país.

O objetivo da pesquisa é de observar e analisar quais foram as funções desempenhadas pelas mulheres e as suas atuações durante os três referidos períodos nas diferentes áreas, nomeadamente: nas forças armadas, na política ao nível nacional, regional e municipal, na educação, na justiça, na economia e na administrativa pública.

Desse modo esse trabalho serve como uma ferramenta que vai ajudar na promoção das políticas que aumentaria a contribuição e a participação das mulheres no desenvolvimento de uma cultura de paz no país, e não só, e compreender quais são as maiores dificuldades que as mulheres se deparam quando desejam se inserir mais na vida política, Neste contexto, pretende-se avaliar os seus níveis de escolarização e analisar as questões étnicas ou sociais que influenciam de forma direta ou indiretamente o nível da participação ativa das mulheres na vida política e pública do país.

Este projeto consiste em uma análise qualitativa focada na pesquisa bibliográfica analisando a literatura relevante disponível sobre o tema que despertou o meu interesse e depois, junta-la com outras matérias importantes sobre o tema que eu encontrei ao longo da minha pesquisa (relatórios, teses, documentários... etc.), seguindo com os vídeos que têm depoimentos sobre o tema e que vou analisá-los um por um, porque cada um fala de uma categoria diferente das mulheres guineenses, ou melhor, mulheres de status diferentes.

2 CARACTERÍSTICAS DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um país que fica situado na costa ocidental da África, sendo ladeada pelo Senegal, a norte, e a Guiné Conacri, no leste e sul, enquanto que a costa oeste é banhada pelo Oceano Atlântico O país tem uma área total 32.125 km² com uma população estimada em 1.544.777 habitantes, segundo o censo populacional de Este conclui que as mulheres estão na escala de 788.111 que corresponde 52% da população guineense.

Administrativamente o país está dividido em oito regiões e um sector autónomo, a saber as Regiões de Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quínara, Tombali e Sector Autónomo de Bissau, a capital. As regiões estão divididas em sectores (36 no total) e estes em secções, compostas por tabancas (aldeias). As regiões e sectores são dirigidos por Comités de Estado, encabeçados por um governador que é nomeado pelo governo nacional em exercício, segundo o artigo 108º ponto 2 da Constituição da República.

A taxa de fecundidade é de 6,8 crianças por mulher. As taxas de mortalidade infantil e infanto-juvenil são de 138/1000 e da mortalidade é de 233/1000 respetivamente (MICS 2006). A taxa de mortalidade materna guineense é de 405 mortos por 100.000 nados vivos (MICS

2006) em comparação com a região subsariana africana segundo o relatório feito pela Organização Mundial de Saúde em 2014 o índice caiu 48%, entre 1990 e 2013.

A Guiné-Bissau é uma das cinco ex-colônias de Portugal em África na qual a língua oficial é a portuguesa. O país foi independente de Portugal em 1973 quando o PAIGC a declarou unilateralmente e introduziu um regime monopartidário de orientação socialista. Depois só em 1994 o país dotou o regime democrático e houve as primeiras eleições multipartidárias no país, nas quais o PAIGC saiu como vencedor. Passados mais de 40 anos desde a independência o país ainda se encontra com dificuldades da pouca participação e inclusão das mulheres no âmbito da vida pública e das políticas institucionais.

3 INVISIBILIDADE DAS MULHERES

A sociedade guineense pode ser considerada um espaço muito masculinizado, no qual os homens são considerados mais prepotentes em relação às mulheres tanto no meio social como no intelectual. Desde criança as tarefas são rigorosamente definidas pelos gêneros. Referente aos dados acima citados, elas correspondem à maioria da população; além disso, as mulheres apresentam níveis mais baixa da escolaridade, assim como no seu rendimento salarial (SEMEDO e BARROS 2012, p. 15 apud BANCO MUNDIAL, 2009; ILAP, 2010) mesmo estando presentes em todas as esferas da vida social as tarefas desenvolvidas pelas mesmas têm sido consideradas irrelevantes em relação aos de homens. Em função disso, vejamos a seguir as postulações de SILVEIRA (2012, p. 1) reforçando que,

Nem todas as sociedades e culturas humanas, ao longo da História, organizaram e interpretaram as relações entre homens e mulheres da mesma maneira. Especialmente na Pré- História houve sociedades poliândricas. Contemporaneamente, é possível perceber condições distintas entre as mulheres dos países ocidentais e as mulheres de países muçulmanos. Mais ainda: entre mulheres camponesas e aquelas que vivem nas cidades; entre mulheres das classes sociais alto-médias e aquelas das classes subalternas.

Assim Silveira (2012) nos mostra uma visão ao questionar o lugar da mulher dentro da sociedade, pois para ela temos que levar em conta o meio socioeconômico no qual ela vive de alguma forma, visto que este tem um grande papel no seu empenho social e político., Esta autora ainda ressalta que a divisão sexual serviu sempre como um método fundamental para divisões das tarefas na sociedade.

Ela ainda enfatiza que o próprio social não predefine as tarefas para homens, enquanto as mulheres “já crescem” sabendo que certas tarefas lhes são atribuídas de uma forma específica., Um exemplo claro disso na Guiné-Bissau cita o trabalho de Semedo e Barros (2013), o qual identifica diferentes tarefas definidas na sociedade guineense para meninas. Por exemplo, ambas as partes podem estar estudando, mas depois das aulas apenas as meninas são apontadas para ajudarem as mães nas cozinhas. O objetivo disso é que mais tarde a menina possa ser uma boa dona de casa que cuida da casa e dos filhos, enquanto que os meninos vão brincar de alguma forma esta educação tira das meninas suas chances de aproveitar a sua infância, pois nem sempre essas tarefas são apropriadas para as suas idades. Outro aspecto levantado é da questão da liberdade da fala que tem uma teoria na Guiné-Bissau que homens têm que serem fortes a fim de terem uma capacidade firme. Com isso desde cedo os meninos são preparados em termos de falar no público ao passo que as meninas não, pois elas normalmente recebem a educação para serem obedientes e submissas perante a comunidade e aos seus futuros maridos.

SILVEIRA(2012) afirma que são todos esses fatos sociais que colocam as mulheres como seres obedientes e submissos dentro de um sistema patriarcal que influencia nesse divisionário do gênero.

Também, CARVALHO (2016, p,2) reforça que para além de obstáculos sociais temos que levar em conta o aspecto cultural em que os papéis das mulheres são questionados pelas incapacidades do poder da decisão na esfera política. Ela ainda explica que mesmo após muitas tentativas para demonstrar que as mulheres são capazes no que diz respeito à tomada das decisões elas continuam sendo marginalizadas como se não tivessem uma perspicaz perante suas próprias decisões. Adicionalmente, SILVEIRA (2012,P.5) ressalta que,

Não há uma identidade masculina e uma identidade feminina única, fixa e imutável, universal, válida para todos os tempos e espaços. Embora possa haver semelhanças de concepções sobre o ser masculino e o ser feminino, entre várias sociedades e grupos sociais, tais concepções apresentam diferenças. Tampouco, o mundo está organizado de forma binária: homens de um lado, mulheres, de outro, como, por muito tempo, se concebeu e se transmitiu, pois, no interior de cada um desses dois conjuntos há, também, situações e concepções diversas de masculinidade e feminilidade.

Por fim, a mesma autora sustenta que esse padrão divisionista entre os gêneros provém de um sistema dominante que é utilizado para um controle social nos quais ambas as partes deveriam obedecer.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NA LUTA DA LIBERTAÇÃO NACIONAL

Ao longo da história da luta de libertação da Guiné-Bissau as mulheres desempenharam um papel fundamental, dando as suas contribuições para libertação nacional e muitas delas deram as suas vidas para que possamos viver livres nesse país que tanto orgulhamos.

A guerra da libertação nacional teve o início oficialmente no dia 23 de janeiro de 1963. Contudo já antes, conforme a história oficial, (PAIGC) se destacou publicamente depois da greve de alguns operários do porto de Bissau a 3 de Agosto de 1959, na qual esteve profundamente implicada, em alguma implantação, Nessa greve os funcionários faziam o protesto para o aumento salarial, nomeadamente mediante os “Sindicatos Nacionais” locais. “Nesse dia, a resposta das autoridades portuguesas foi brutal, assassinando algumas dezenas de populares a tiro, naquela que ficou conhecido como massacre de Pindjiguiti” (MACQUEEN, 1998, p. 59 apud MENDES, 2010, p. 28). Essa luta era contra a classe colonialista e capitalista e o imperialismo português visando também a transformação socialista da futura Guiné-Bissau.

O estatuto do PAIGC (1960) mostrava que seu maior objetivo era a conquista imediata da independência, e a democratização e emancipação da Guiné e de Cabo-Verde que sofriam com exploração secular de colonialismo português. Vale ressaltar que nestes dois países havia a questão de alfabetização da qual Cabo-Verde tinha certa vantagem de ter muito mais quadros formados em relação à Guiné-Bissau, MENDES (2009 p. 21) afirma que essa oportunidade da redução do analfabetismo se devia ao interesse que portugueses mantinham em relação ao território cabo-verdiano que, para além de ser ponto marítimo, possuíam pontos estratégicos. De ponto de vista militar e comercial isso efetivamente impulsionou uma necessidade para a implementação do ensino para a formação dos quadros administrativos para as outras colônias.

A composição étnica dos dois países era muito diferente, visto que como resultado de um processo de criouliização, no século XVI, Cabo-Verde possuía uma sociedade homogênea com uma língua, o crioulo, para além de português que se falava em todo território nacional, enquanto que a Guiné tinha vários grupos étnicos com suas próprias culturas e línguas, cada grupo tinha a sua concepção em relação aos portugueses, pois havia uns grupos que eram mais favorecidos pelos exploradores portugueses do que outros menos, e isso serviu como ponto da partida para Amílcar Cabral, o líder carismático do PAIGC, para convencer os que menos beneficiavam das poucas regalias que os portugueses lhes proporcionavam para incluí-los na luta armada (MENDES, 2009, p. 30).

O outro aspeto importante dessa luta destacado por GOMES (2010, p.19) seria a mobilização das populações. Tal fato implicava que houvesse um conhecimento mais profundo na estruturação social guineense, mas isso não seria dificuldade, pois, no início dos anos de 1950, Cabral como um agrônomo tinha realizado um trabalho de recenseamento agrícola e esse lhe ajudou a conter um conhecimento profundo desse território.

Frequentemente quando se fala da luta armada do PAIGC na Guiné pouco se menciona mulheres guineenses, mesmo sabendo que elas despenharam muitos papéis importantes na luta, como por exemplo, Titia Silá (Ernestina Silá) que era responsável na formação das milícias durante a luta e também era classificada como uma mulher batalhadora que lutou pela independência da Guiné-Bissau, apesar disso ela é pouca mencionada como heroína, ou melhor, os historiadores guineenses só mencionam Amílcar Cabral, e por vezes quando se falam das mulheres que lutaram contra regime colonial muitas delas são inviabilizadas.

GOMES (2009, p. 67) afirma que as reuniões clandestinas dos dirigentes do PAIGC eram feitas nas casas delas e muitas das vezes elas serviam de um meio de transmissão de informação sobre movimentos portugueses para as unidades de guerrilha. As mulheres e alguns adolescentes eram encarregados de transportar armamentos de guerra, e ainda quando intensificava a guerra, elas em pequenos números misturavam na linha de frente de batalha junto com os homens (GOMES, 2009, p. 64-65). Numa entrevista, Carmem Pereira uma antiga guerrilheira afirmou que na época colonial elas sentiam um dever de pegar nas armas para demonstrar que eram capazes de ir para luta igual aos homens, e ainda salienta que, nos hospitais que os cubanos abriram nas zonas libertadas elas aprendiam algumas coisas básicas para o pronto-socorro dos militares feridos e para internados no hospital, onde existiam

enfermeiras já formadas para os blocos operatórios. Elas davam assistência junto com os cubanos que apoiaram o PAIGC durante a luta armada.

SEMEDO e BARROS (2010, p. 26) afirmam que durante a luta armada Amílcar Cabral criou um plano estratégico que prezava a equidade entre homens e mulheres o que implicava a inclusão de ambas as partes na distribuição das tarefas, e nas lideranças dos comitês das regiões libertadas. Teodora, uma ex-combatente, explica que em todos os sectores onde havia tarefas durante a luta armada as mulheres, por sua vez, sempre ocupavam 20% destas. Além do mais,

Pode-se afirmar que a luta de libertação nacional foi um período de mudanças nas vidas das mulheres, pois foi um momento em que a perspectiva de vida da camada feminina se alterou: o espaço de ação alarga-se do privado, doméstico para o público, a militância política e a participação como guerrilheira e profissionais das mais diversas áreas, abrindo-se, assim o caminho para grande aventura da construção da cidadania das mulheres guineenses. (SEMEDO e BARROS, 2010, p. 26).

Segundo CABRAL (1974, p. 23), no início foi muito crucial a aceitação das mulheres no seio da tomada de decisão, pois os homens se recusavam a participar nas reuniões juntos com as mulheres, de um lado, e, de outro, ele acrescentava que se eles quisessem traçar um objetivo perante a luta armada, precisavam validar não apenas as suas ideias, mas também as das mulheres, porque só assim é que iriam conquistar a emancipação que tanto almejavam.

O intuito de Cabral era de mostrar o quão era importante à participação das mulheres para conquista da independência e que os seus papéis não se resumiam apenas ao lar e à educação dos filhos, mas elas também eram aptas para ocupar lugares que na Guiné habitualmente apenas os homens ocupavam.

GOMES (2015, p. 175) afirma que de acordo com os relatórios feitos pelo PAIGC sobre destaques das mulheres durante a luta armada o partido via um objetivo a ser traçado que tinha a ver com emancipação das mulheres na sociedade guineense. Esses relatórios continuaram a serem fontes de pesquisa mais importantes das participações das mulheres na luta anticolonial na Guiné-Bissau.

Com efeito, o apoio de Cabral à emancipação da mulheres culminou na criação do primeiro movimento das mulheres guineense denominado de União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde (UDEMU) em 1961, Segundo GOMES (2016, p. 128 e 132, a UDEMU

desapareceu já em 1966. Somente em 1975 o PAIGC criou uma Comissão Feminina. Apenas em 1982 a UDEMU foi criada de novo.

Foi por meio disso a luta armada abriu novos horizontes para mulheres guineenses, pois ela serviu como uma base para criação dos movimentos das mulheres na Guiné-Bissau

5 MULHERES NO CONTEXTO POLÍTICO GUINEENSE

Mundialmente, existem vários registros de movimentos de resistência de mulheres e das lutas femininas para sair da situação de opressão e de invisibilidade a que as mulheres eram condicionadas em muitas sociedades. Esses movimentos trouxeram muitas mudanças ao longo do tempo e até hoje, embora ainda vivamos num mundo de extrema desigualdade, pode-se dizer que a condição da mulher se transforma cada vez mais em alvo de investigação acadêmica e de políticas públicas. Mesmo assim é notável ver a continuação da predominância dos valores e atitudes masculinos na sociedade.

As mulheres guineenses não ficaram de fora, como anteriormente mencionado, pois desde muito cedo lutaram pelas conquistas dos seus espaços públicos de debate como mulheres. Quanto a isso SEMEDO e BARROS (2012, p. 17) afirmam que o reconhecimento das suas participações no cenário político deu-se após muitas ações ao nível sub-regional e mundial; nesta senda, é bom sublinhar que a ONU foi responsável pela elaboração de vários documentos para promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero.

Quando se pensa o papel da mulher na política é relevante pensar no conceito da política, etimologicamente palavra política deriva de politikós, do grego, e diz respeito àquilo que é da cidade, da Pólis (na Grécia Antiga), da sociedade, ou seja, que é de interesse do homem enquanto cidadão.

Ao longo do tempo, a expressão política deixou de ter o sentido de adjetivo “aquilo que é da cidade, sociedade” e passou a ser um modo de “saber lidar” com as coisas da cidade, da sociedade. Nessa perspectiva fazer política pode estar associada às ações de governo e de administração do Estado. Por outro lado, também diria respeito à forma como a sociedade civil se relaciona com o próprio Estado.

No contexto africano, esses processos ganham ainda maior intensidade de complexificação na medida em que obedecem as lógicas subjetivas de diferentes sociedades e culturas com formas e estruturas de poder e papéis específicos aos atores em jogo. Tomando em considerações o carácter violento da dominação colonial e a conseqüente desestruturação de lógicas e instâncias de gestão e poder e da administração de ações públicas, este contribuiu para a reprodução de lógicas de poder de força na pós- independência em vários países. (SEMEDO & BARROS, 2010. p.43).

Segundo Norberto Bobbio (1991, p.933), falar em política enquanto prática humana conduz, conseqüentemente, a se pensar no conceito de poder. O poder estaria ligado à ideia de posse dos meios para se obter vantagem “ou para fazer valer a vontade” de um homem sobre outros. Assim, o poder político diria respeito ao poder que um homem pode exercer sobre outros, por exemplo, a relação entre governante e governados, ou seja, entre “povo, sociedade”. (BOBBIO, 1991, p. 954). As questões de poder e as relações de gênero estruturam todos os aspetos da vida. Pois são as relações de poder que determinam à divisão social do trabalho.

Por mais que exista essas leis que provem uma igualdade entre cidadãos, na prática, elas não são realizadas dentro do cenário político e social guineense uma vez que os políticos usam o poder para os seus benefícios em detrimento das necessidades do povo, nesse âmbito cabe validar a definição defendida por Bobbio. Nessa perspectiva é evidente constar a desigualdade perante a pouca percentagem das mulheres nas esferas pública inclusive nas tomadas das decisões institucionais na Guiné-Bissau, que são vistas como um problema por conta das suas indisponibilidades.

Após a independência da Guiné-Bissau em 1973 a posição das mulheres no seio da representatividade nos órgãos público de soberania ficou encarregado para as que foram a luta armada , Nessa lógica, segundo Semedo e Barros (2012. p.43) no período do partido único (1988 à 1994) ficou visível a queda do número das mulheres na Assembleia Nacional Popular (ANP) de 20% para 9%. Essa queda de percentagem das deputadas teve só o seu retorno a um aumento após introdução do regime democrático

Este regime democrático foi abraçado em 1991, quando foi aprovada a nova Constituição democrática, mas só foi consolidado em 3 de julho 1994 com a realização das primeiras eleições multipartidárias. RUDEBECK (1997, p.2) define a democracia como um regime que dá todos os cidadãos adultos uma participação igual no exercício do poder e ao mesmo tempo garante o respeito da integridade dos grupos minoritários e cidadãos individuais. Por outro lado, os estudiosos das ciência política definem democracia como um regime que implica o

direito a voto para todos os cidadãos adultos, eleições regulares, liberdade de organização, liberdade de expressão e estado de direito.

Relacionando as duas definições, RUDEBECK (1997, p.?) sustenta que a definição definida pelos estudiosos da mesma é proveniente de um olhar da democracia ocidental e que de alguma forma, minimiza pequenos detalhes históricos que fazem a democracia se tornar injusta, por outro lado ele acrescenta que para os países que já vivenciaram regime da ditadura percebem essa ideia muito contraditória, com isso a solução seria pensar nunca definição em que ambas as partes se sentiriam incluídas.

No entanto a definição da democracia seria um desejo ardente da maior parte dos seres humanos de um governo justo e respeitador da dignidade humana, o que reforça que antes ela esteja implementada é necessário levar em conta suas raízes históricas e suas noções culturais sobre a vida e a sociedade de cada país particular. Daí a ideia seria não introduzi-la simplesmente, mas fazer com que essa nova fase política seja vivida dentro do contexto em que irá funcionar.

Com isso, RUDEBECK (1997, p.20) reforça que nas primeiras eleições multipartidárias havia registro legal de treze partidos. Um destes era o partido FCG/SD Fórum Cívico Guineense/Social-democracia liderado por Antonieta Rosa Gomes que obteve 490 votos correspondentes a 0,14% do total. Nas presidências, como única mulher, ela ficou na última posição com 5,509 votos equivalente a 1,79% do total de votos por todo o país.

Avaliando a situação da mulher dentro do sistema democrático guineense, Rudebeck considera que a pobreza é um aspecto incômodo para esse novo regime, uma vez que a grande maioria da população vive na carência, que de alguma forma afeta mais as mulheres. Contudo, este autor enfatiza que é possível que a democratização tenha trazido menores efeitos para as mesmas, porque apesar de obtiverem menos votos pode-se dizer que houve um aumento de 20% de mulheres eleitas deputadas da ANP em relação ao regime anterior. Apesar disso, ele conclui que mesmo reconhecendo os avanços, isso não torna suficiente para relacionar a democracia eleitoral com a emancipação da mulher.

6 JUSTIFICATIVA

A razão de se pesquisar a inclusão da mulher guineense na vida política depois da introdução do regime democrático, deve-se a existência da baixa percentagem das mesmas relativamente ao espaço da toma de decisão, a todos os níveis da política, nacional, regional, local e partidária.

Após muitas lutas que as mulheres travaram para mostrar que seus lugares não se limitam simplesmente nas tarefas que a sociedade as denomina, Pode se dizer que ainda tem sofrido dificuldades quanto ao seu acesso a cargos que exigem uma maior qualificação ou que oferecem maiores possibilidades de ascensão na carreira, especialmente no que se refere a dinâmica de conciliação das demandas familiar e profissional.

Quando se fala da conquistas das mulheres, torna necessário pensar o ambiente social em que ela se insere como foi citado em cima, no contexto guineense essas dificuldades são vistas de determinada forma como, nos espaços étnicos, políticos e administrativos do país.

Na maioria das etnias guineenses a mulher simboliza um papel de submissão e de não questionar certos preguiços estabelecido pela mesma, Isso de alguma forma reflete no seu cotidiano e no seu modo de agir de pensar, No meio dos partidos políticos e administrativos isso não é diferente uma vez que predomina a questão do “estereótipo”, do sexo frágil que não possuem capacidades suficiente e homens que competem com as mulheres, tentando ainda subjugar-las.

Para isto os homens não acreditam em sua competência profissional e tentam desvalorizá-las com o intuito de sentirem-se mais seguros frente a esta nova mulher que surgiu, tão assustadora para alguns, por vezes muitas delas acaba reproduzindo as mesmas atitudes de mulheres serias, rigorosas com intuito de mostrar suas competências perante a situação.

A sociedade guineense é dirigida por “homem” e assim o lugar da mulher se torna secundaria, Daí esse presente trabalho visa a contribuir para que haja uma política volta a quebra dessa concepção de desigualdade entre de homens e mulheres, Além de disso objetivo é prover um discurso sobre o papel patriarcal dentro da sociedade guineense.

A pesquisa pretende fazer uma análise crítica a partir da perspectiva de gênero, partindo da realidade da guineense, mostrar a importância da mulher, eliminando os estereótipos posta sobre elas, e que as fazem diferentes dos homens.

Isso sem contar com um aumento da percentagem feminina nas escolas e nos espaços políticos de tomada das decisões, integrando mulheres urbana e não só como das zonas rurais.

7 OBJETIVOS

7.1 GERAL

Esse trabalho tem como o objetivo de fazer uma radiografia da participação das mulheres na política guineense a todos os níveis que pode servir como uma ferramenta que vai ajudar na promoção das políticas públicas que aumentam a contribuição e a participação das mulheres no desenvolvimento de uma cultura de paz no país, e não só, mas também na promoção da igualdade de gênero e compreender quais são as maiores dificuldades que as mulheres se deparam quando desejam inserir mais na vida política. Neste contexto, é indispensável pesquisar os seus níveis de escolarização e analisar as questões étnicas e sociais que influenciam de alguma forma direta ou indiretamente a sua participação na vida política.

7.2 ESPECÍFICOS

- 1) Estudar a participação das mulheres em duas fases: primeira, durante a luta de libertação nacional (1963-1973). Segunda, no período do regime do partido único de orientação socialista (1973-1994).
- 2) Analisar a participação feminina desde 1994 até à atualidade a vários níveis, nacional (governos, ANP), regional, local (tabancas, município de Bissau), partidos políticos, organizações da sociedade civil.
- 3) Realizar estudos de caso sobre a atuação das principais organizações de mulheres no país.
- 4) Pesquisar fatores culturais e socioeconômicos que dificultam a participação das mulheres (tradições, religião, escolaridade, etc.)
- 5) Avaliar as leis relacionadas com questões da emancipação de mulher e do gênero e a sua implementação

6) Contextualizar a participação das mulheres guineenses, em comparação à dos outros países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

8 METODOLOGIA

Neste projeto foi inserida a proposta de uma pesquisa qualitativa procedendo a pesquisa bibliográfica. Gil (2002, p.44) consta que essa natureza de pesquisa exige exclusivamente a utilização das fontes bibliográficas que podem ser desenvolvidas à partir de: imprensa escrita (jornais e revistas), meios audiovisuais (filmes, televisão), material cartográfico (mapas e gráficos), publicações (livros, teses, monografias, publicações avulsas, pesquisas, etc.).

Toda a pesquisa bibliográfica é efetuada em bibliotecas, nomeadamente a biblioteca do campus dos Malês e outras bibliotecas universitárias acessíveis na Bahia, assim como em vários sites na internet que disponibilizam publicações e informações sobre a participação de mulheres africanas na política em geral e sobre a respetiva situação na Guiné-Bissau em particular.

9 CRONOGRAMA

| ATIVIDADES | SEMESTRES | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---------------------------|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | | | | |
| PESQUISA BIBLIOGRÁFICA | X | X | X | | |
| ANÁLISE DE DADOS | X | X | X | - | - |
| REDAÇÃO DO TCC | - | X | X | - | - |
| REVISÃO DO TCC | - | - | X | - | - |
| DEFESA DO TCC | - | - | - | X | - |
| ENTREGA DO TCC | - | - | - | - | X |

REFERÊNCIAS

- BALDÉ, Fatumata Djau & MENDES, Paulina. **Relatório nacional sobre a aplicação/implementação da declaração e do plano de ação de Beijing** (1995). Disponível em: <https://www.uneca.org/sites/default/.../Beijing20/.../guinea_bissau_beijing_report_0.p> Acesso 04 Abr.2016
- BARROS, Miguel & SEMEDO, Odete. **A participação das mulheres na política e na toma de decisão na Guiné-Bissau- Da consciência, percepção na prática política.** Bissau, UNIOGBIS (2013).
- CARVALHO, Carla. **Mulheres, política e (in)visibilidades. Porquê apoiar a Mulher na esfera pública.** A Semana, 08 de fev. de 2016. Disponível em: <<http://asemana.sapo.cv/spip.php?article116102>> Acesso 10 Abr. 2016
- BOBBIO, Norberto, Nicola Matteucci, e Gianfranco Pasquino. **Diccionario de política.** Vol. 2. Siglo xxi, 1991. Disponível em: <https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/diccionario_de_politica.pdf> Acesso 10 Abr.2016
- GOMES, Patrícia Godinho. **Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973).** L'Harmattan Italia srl, 2010
- GOMES, Patrícia Godinho. **Gênero e cidadania na Guiné-Bissau: uma evolução histórica. In: Sociedades desiguais: Gênero, cidadania, e identidades.** Disponível em: <www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/.../399> Acesso 04 Abr.2016
- GOMES, Patrícia Godinho. **O estado da arte dos Estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar.** Salvador, BA-Brasil. Editora, Outros tempos vol. 12, n.19, 2015 p. 168-189, jul/2015. D
- Guiné-Bissau. **Constituição** (1996). Artigo nº 24
- MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné- Bissau: Por uma mudança de mentalidades.** 2010 Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Plano de Ação Nacional para a Implementação da Resolução 1325 (2000)**, Instituto da mulher e criança (IMC), Bissau, Março, 2010. Disponível em:<<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf>> Acesso em 15 Abr.2016
- RUDEBECK, Lars. **Buscar a felicidade.** Bissau. INEP. 1997
- SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **A face do monopartidaríssimo na Guiné-Bissau (1974 a 1990).** 2009 Dissertação (mestrado) inédita Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "**Diversidade de gênero mulheres.**" **Direitos Humanos.** S. Paulo: **Editora UNESP**, 1992. Disponível em:
<www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_rosa1_diversidade_genero.pdf > Acesso em 01 Jan.2017